NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 EM MILHARES DE REAIS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia, constituída em 2 de julho de 1971, é uma sociedade de economia mista de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de Santa Catarina, e tem por objetivos:

- a. Coordenar o planejamento, executar, operar e explorar os serviços públicos de esgoto e abastecimento de água potável, bem como realizar obras de saneamento básico com municípios do Estado de Santa Catarina mediante convênios e contratos de programa;
- b. Promover levantamentos e estudos econômico-financeiros relacionados a projetos de saneamento básico;
- c. Arrecadar taxas e tarifas dos diversos serviços que lhe são afetos, reajustando-as periodicamente, de forma que possa atender à amortização dos investimentos, à cobertura dos custos de operação, manutenção, expansão e melhoramentos;
- d. Elaborar e executar seus planos de ação e de investimentos, objetivando a política e o desenvolvimento preconizado pelo Governo do Estado de Santa Catarina;
- e. Investir permanentemente na qualificação de seu quadro funcional por meio de seminários, encontros, oficinas, palestras e cursos de formação e aperfeiçoamento, objetivando garantir a qualidade e a produtividade dos serviços prestados;
- f. Firmar acordos, convênios e contratos objetivando a prestação de serviços de arrecadação de impostos, taxas, contribuições e outros valores instituídos por entes públicos ou privados, visando à geração de receita;
- g. A participação em outras Sociedades, nos termos do art. 237 da Lei nº 6.404/76;
- h. Efetuar, como atividade-meio, o aproveitamento do potencial hidráulico dos mananciais em que é captada água bruta, com fim de geração de energia elétrica, e;
- i. Coletar, tratar e dar destinação final a resíduos sólidos domésticos, industriais e hospitalares.

Desde 2002 a Companhia deparou-se com o término de alguns contratos/convênios de concessões de exploração dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e coleta e disposição de esgotos sanitários, sendo que 41 municípios já optaram pela municipalização dos serviços.

A CASAN tem trabalhado ao longo deste período na formalização do Convênio de Cooperação para Gestão Associada e Contratos de Programa, visando atender aos princípios estabelecidos na legislação federal — Lei nº 11.445 de 05 de janeiro de 2007.

Dos municípios que saíram do sistema CASAN, alguns retornaram - Barra Velha, Garopaba, Chapecó, Porto Belo e Içara e 2 novos municípios — Lajeado Grande e Tigrinhos firmaram Convênio com a CASAN e desta forma passaram a integrar o rol de Município operados pela Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 EM MILHARES DE REAIS

A companhia trabalha incessantemente no sentido de estabelecer com os Municípios a regularização da relação jurídica firmando os Contratos de Programa, neste sentido 49 (quarenta e nove) Contratos de Programa foram firmados até 31 de dezembro de 2020, representando cerca de 70% das receitas totais da Companhia garantidas através de Contrato de Programa.

Atualmente a Companhia opera em 195 municípios sendo 194 no Estado de Santa Catarina e 01 município no Estado do Paraná (194 municípios, e sendo 01 município no Estado do Paraná em 31 de dezembro de 2019). Deste total, 183 permanecem com Contratos e/ou Convênios vigentes, 09 com a concessão vencida (Barracão, Botuverá, Concórdia, Cunha Porã, Lebon Régis, Mafra, Major Gercino, Maracajá, Santa Rosa de Lima) e 03 sem Convênios: Calmon, Formosa do Sul e Paraíso.

Abaixo estão demonstrados o quantitativo de municípios que terão seu prazo de vencimento expirado por ano:

Ano de vencimento	Número de municípios	Ano de vencimento	Número de municípios
2021	5	2040	3
2022	5	2041	2
2023	7	2042	11
2024	7	2043	10
2025	3	2044	7
2026	2	2045	3
2027	2	2046	8
2028	11	2047	5
2029	4	2048	11
2030	11	2049	13
2031	2	2050	7
2032	4	2051	0
2033	1	2052	1
2034	7	2053	1
2035	2	2054	0
2036	19	2055	1
2037	0	2056	2
2038	3	2057	0
2039	1	2065	2

Total de 183 Municípios

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 EM MILHARES DE REAIS

2. BASE DE PREPARAÇÃO

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), sendo que para a Companhia, essas práticas não diferem das IFRS.

A emissão das presentes demonstrações financeiras individuais foi autorizada pela Administração da Companhia em 22 de fevereiro de 2021.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas segundo a convenção do custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- b.1. Os instrumentos financeiros foram mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- b.2. Os ativos financeiros disponíveis para venda foram mensurados pelo valor justo;
- b.3. O ativo atuarial de benefício definido é reconhecido como o total líquido dos ativos dos planos, acrescido do custo de serviço passado não reconhecido e perdas atuariais não reconhecidas, deduzido dos ganhos atuariais não reconhecidos e do valor presente da obrigação do benefício definido.
- c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações trimestrais de acordo com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídos nas notas explicativas:

Nota 09 – Contas a receber de clientes

Nota 13 – Ativo fiscal diferido

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 EM MILHARES DE REAIS

Nota 14 – Imobilizado e Intangível

Nota 19 – Provisão para contingências

Nota 20 – Benefícios a empregados

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia.

a. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda corrente do país pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado.

b. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e recebíveis.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Mudanças no valor justo de ativos financeiros assim mensurados são reconhecidas no resultado do exercício.

Recebíveis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 EM MILHARES DE REAIS

Recebíveis são ativos financeiros com valores fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os recebíveis abrangem clientes e outros créditos, incluindo os recebíveis oriundos de acordos de concessão de serviços, como é o caso do saldo contabilizado como Ativos Financeiros, conforme nota explicativa nº12.

ii. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

iii. Capital Social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais dão direito a um dividendo 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos à vista e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez prontamente conversíveis em caixa.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 EM MILHARES DE REAIS

d. Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber dos consumidores pelo serviço prestado no decurso normal das atividades da Companhia. Se o recebimento é esperado para um ano ou menos, ele é classificado como ativo circulante. Caso contrário, é apresentado como ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor justo (valor faturado) ajustado pela provisão para perda para valor recuperável dos ativos (*impairment*), quando necessário.

A Companhia registra uma provisão para créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em um valor considerado suficiente pela administração para cobrir possíveis perdas no contas a receber, com base na análise do histórico de recebimentos. Os valores vencidos por mais de 180 dias são provisionados. O valor assim determinado é ajustado quando é excessivo ou insuficiente, com base na análise do histórico de recebimentos, levando em consideração a expectativa de recuperação nas diferentes categorias de clientes. Os saldos de contas a receber de clientes pendentes por mais de 720 dias são reconhecidas como perdas.

e. Estoques

Os estoques de produtos para consumo e manutenção dos sistemas de água e esgoto são demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou o valor de realização, e estão classificados no ativo circulante.

f. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo de determinados itens do imobilizado foi apurado por referência à reavaliação anteriormente efetuada no BR GAAP.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas no resultado.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados ao componente irão fluir para a Companhia e caso seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 EM MILHARES DE REAIS

<u>Depreciação</u>

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável de um bem, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas (conforme legislação fiscal) de cada item ou parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais de perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

g. Redução ao valor recuperável – *Impairment*

Ativos Financeiros, incluindo recebíveis

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

Podem ser evidências objetivas de que os ativos financeiros perderam valor: o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor; a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições que a Companhia não consideraria em outras transações; indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência; ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor pelo conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos. Posteriormente, as tendências históricas são ajustadas para refletir o julgamento da administração quanto às condições econômicas e de crédito atuais, que podem gerar perdas reais maiores ou menores que as anteriormente sugeridas.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos: estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes dos impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 EM MILHARES DE REAIS

Com a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a unidade geradora de caixa ou "UGC").

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGCs são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado às UGCs, e então, se ainda houver perda remanescente, para reduzir o valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGCs em uma base *pro rata*.

No caso do ativo imobilizado, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Para a apuração do valor recuperável dos ativos, foi adotado o método do valor em uso, ou seja, o valor gerado de caixa pelo uso destes ativos;

- Consideramos como unidade geradora de caixa cada Superintendência Regional de Negócios, devido às suas características peculiares;
- Vida útil baseada na expectativa de utilização do conjunto de ativos que compõem a UGC;
- As estimativas de fluxos de caixa foram projetadas ao longo de cinco anos, conforme preconiza o CPC 01 (R1), em moeda corrente.
- A taxa de desconto utilizada foi proveniente da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (Weighted Average Cost of Capital WACC) regulatório, calculado pela Agência Reguladora ARESC para a CASAN na revisão tarifária 6,84%;
- As premissas de reajuste tarifário, crescimento operacional e evolução do OPEX, foram projetados conforme estabelecido no planejamento estratégico da Companhia;
- O valor residual contábil dos ativos (ou unidade geradoras de caixa), na data final das estimativas dos fluxos de caixa, foram considerados como valor recuperável, tal procedimento foi adotado em virtude dos contratos de concessões e contratos de programa, preverem ressarcimento à companhia dos ativos residuais em caso de não renovação ou quebra de contrato;

O estudo técnico avaliou que não há indicativo de perda por *impairment* amparada, principalmente pela Lei nº 11.445/07, que garante que os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, através da tarifa ou via indenização.

h. Benefícios a empregados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 EM MILHARES DE REAIS

Plano de benefício definido CASANPREV

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de previdência complementar de benefício definido é calculada individualmente para cada plano por meio da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Aquele benefício é descontado ao seu valor presente.

Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das informações trimestrais para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos.

O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado por meio do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia.

Um benefício econômico está disponível à Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecida no resultado pelo método linear, ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido. Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido imediatamente, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

Benefícios de término de vínculo empregatício - PDVI - Plano de Demissão Voluntária Incentivada

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando a Companhia está comprovadamente comprometida, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício em função de uma oferta feita para estimular a demissão voluntária.

Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso a Companhia tenha feito uma oferta de demissão voluntária, seja provável que a oferta será aceita e o número de funcionários que irá aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável. Caso os benefícios sejam pagáveis por mais de 12 meses após a data base das informações trimestrais, então eles são descontados aos seus valores presentes.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 EM MILHARES DE REAIS

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Receita por serviços prestados

Receitas de abastecimento de água e coleta de esgoto são reconhecidas à medida que a água é consumida e os serviços são prestados. As receitas são reconhecidas ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de imposto sobre valor agregado, devoluções, abatimentos e descontos. As receitas da prestação de serviços de fornecimento de água e esgoto a faturar são contabilizadas como contas a receber com base em estimativas mensais.

A Companhia reconhece a receita quando: i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança, ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e iii) é provável que os valores serão arrecadados. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas à sua prestação estejam resolvidas.

j. Subvenção e assistência governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receita diferida pelo valor justo quando existe razoável garantia de que elas serão recebidas e de que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática, nos mesmos períodos em que as despesas correspondentes forem reconhecidas. As subvenções que visam compensar a Companhia pelo custo de um ativo são reconhecidas no resultado em uma base sistemática pelo período da vida útil do ativo.

k. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em base líquida.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 EM MILHARES DE REAIS

1. Impostos sobre receitas

Como impostos sobre as receitas são reconhecidos PIS e COFINS, utilizando o regime de competência.

m. Imposto de renda e contribuição social

Os Impostos incidentes sobre a renda, tanto o do exercício corrente como o diferido, são calculados com base na alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescidos do adicional de 10% sobre o excedente a R\$240. A Contribuição Social do exercício corrente e também a diferida são apuradas com base na alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber apurado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das informações trimestrais e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável. Além disso, imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das informações trimestrais.

Os passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar impostos e contribuições correntes, e eles se relacionem a imposto de renda e contribuição social lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

n. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio da divisão entre o resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período.

O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

A Companhia não possui ações em circulação que possam causar diluição, assim, os lucros básico e diluído por ação são iguais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 EM MILHARES DE REAIS

o. Informações por segmento

Um segmento operacional é uma área de atuação da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outras áreas de atuação da Companhia.

Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pela Diretoria Executiva para tomadas de decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho. Para isso, são disponibilizadas informações financeiras segregadas.

Os resultados de segmentos que são reportados à Diretoria Executiva incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos (primariamente a sede da Companhia), despesas da sede e ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social.

Os gastos de capital por segmento são os custos totais incorridos durante o período para a aquisição de imobilizado ou intangível.

p. Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA) individual nos termos da Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Esta é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP.

A DVA, em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela companhia, representada pelas receitas (receita bruta dos serviços prestados, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo dos serviços, aquisições de materiais, energia, e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

q. Direito de Uso – Arrendamento Mercantil

Com a adoção da norma a partir do exercício social iniciado em 1 de janeiro de 2019, os arrendamentos contratados pela Companhia impactaram as Demonstrações financeiras da seguinte forma:

- Reconhecimento de ativo de direito de uso e de passivo de arrendamento no balanço patrimonial, inicialmente mensurados pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento;
- Reconhecimento de despesas de depreciação de ativos de direito de uso na demonstração do resultado;
- Reconhecimento de despesas de juros no resultado financeiro sobre os passivos de arrendamento na demonstração de resultado; e
- Segregação do pagamento dos arrendamentos por uma parcela principal apresentada dentro das atividades de financiamento e um componente de juros apresentado dentro das atividades operacionais nos fluxos de caixa.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 EM MILHARES DE REAIS

As novas definições de uma locação foram aplicadas a todos os contratos identificados vigentes na data de adoção da norma. O IFRS 16/NBC TG 06 (R3) determina que o contrato contém um arrendamento se ele transmite ao arrendatário o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período de tempo por troca de contraprestações.

A Companhia efetuou o inventário dos contratos, avaliando se esses contêm ou não arrendamento de acordo com o IFRS 16/NBC TG 06 (R3). Esta análise identificou impactos, principalmente, relacionados às operações de arrendamento de veículos, geradores e outros equipamentos.

Os contratos de arrendamento de curto prazo (doze meses ou menos) e os de baixo valor (materialidade definida internamente) não foram objeto dessa análise, conforme faculta a norma. Para esses contratos a Companhia continuará a reconhecer uma despesa de arrendamento em uma base linear, caso ocorram.

Ao mensurar os passivos de arrendamento, a Companhia descontou os pagamentos aplicando a taxa de 6,84% a.a., WACC operacional, aprovado pelas Agências Reguladoras.

A CASAN adotou a nova norma escolhendo o modelo de adoção retrospectiva modificada com efeito cumulativo na data da aplicação inicial:

- (i) se teriam ocorrido ajustes por remensuração;
- (ii) qual a maturidade dos contratos/vencimento das prestações nos próximos exercícios;

2 novos contratos foram incluídos, além de reajustes contratuais no ano de 2020. Os contratos avaliados possuem vencimento máximo de 60 meses e a última parcela a ser liquidada é estimada no exercício de 2025.

Maturidade dos contratos			
Vencimento das prestações	31/12/2019	31/12/2020	
2020	14.023	0	
2021	10.900	12.869	
2022	1.518	1.923	
2023	1.518	1.923	
2024	1.518	1.923	
2025	0	307	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 EM MILHARES DE REAIS

(iii) juros incorridos no período;

Conforme tabela de arrendamento mercantil abaixo.

(iv) contraprestações pagas;

O montante liquidado em 31 de dezembro de 2020 corresponde a R\$ 14.065mil.

(v) PIS/COFINS incidentes nas contraprestações.

O passivo de arrendamento foi mensurado, no reconhecimento inicial, pelo valor integral obtido pelo desconto a valor presente dos fluxos de caixa de pagamentos de arrendamentos, sem qualquer segregação dos tributos a recuperar;

Os saldos de direito de uso e arrendamento mercantil em 31 de dezembro de 2020 estão representados da seguinte forma:

ATIVO	2019	Revisao /novos contratos	Baixas	Depreciação	31/12/2020
Direito de uso sobre contratos de arrendamento	27.278	2.934	-	(13.746)	16.466
	27.278	2.934	-	(13.746)	16.466
		Revisão		A :41	
PASSIVO	2019	/novos contratos	Amortização	Ajuste a valor presente	31/12/2020
PASSIVO Arrendamento mercantil	2019		Amortização (13.746)		31/12/2020 17.658
Arrendamento		contratos	,	presente	
Arrendamento	27.278	contratos 2.934	(13.746)	presente 1.192	17.658

4. GERENCIAMENTO DE RISCO

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos:

• risco de crédito

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 EM MILHARES DE REAIS

- risco de mercado
- · risco operacional
- risco financeiro

Risco de crédito:

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a administração também considera a demografia da sua base de clientes, incluindo o risco de crédito da indústria.

Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso dos consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

Risco de mercado:

Relaciona-se ao risco de os retornos do negócio declinarem devido a fatores de mercado independentemente das decisões e ações da Companhia. O risco de mercado incorpora inúmeros riscos diferentes, como:

- Risco de taxas de juros: relaciona-se à elevação das taxas de juros às quais a Companhia está exposta em função dos empréstimos e financiamentos assumidos e também à possível redução das taxas de remuneração das suas aplicações;
- Risco de taxas de câmbio: refere-se às potenciais perdas devido às inesperadas mudanças nas taxas de câmbio das moedas às quais estão vinculados os financiamentos obtidos pela Casan;
- Risco fiscal: trata-se da probabilidade de o Congresso efetuar mudanças desfavoráveis nas leis tributárias, como a eliminação de isenções de impostos, a limitação de deduções e o aumento nas taxas dos tributos;
- Risco de concorrência: relativo às pressões decorrentes da existência de novos entrantes (empresas privadas) no mercado de água e saneamento.

Risco operacional:

Pode ser definido como uma medida das perdas potenciais no setor de água e saneamento no caso de seus sistemas, práticas e controles internos não serem capazes de resistir a falhas humanas, naturais ou de equipamentos. O risco operacional engloba vários riscos, como:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 EM MILHARES DE REAIS

- Risco de equipamentos: relacionado às falhas nos seus equipamentos/sistemas de captação/coleta, tratamento, distribuição/disposição final; além dos equipamentos/sistemas administrativos;
- Risco de obsolescência: referente à desclassificação tecnológica dos materiais e equipamentos, motivada pela aparição de exemplares mais modernos;
- Risco de erro não intencional: relativa à negligência, falta de concentração no trabalho, falta de informações etc.:
- Risco de fraudes, furtos ou roubos: traduzido como negligência de controles internos, negligência de fiscalização comercial, aceitação de "incentivos" de clientes, ligações clandestinas;
- Risco de qualificação: relacionada à qualificação inapropriada dos funcionários;
- Risco de serviços: relativo ao não atendimento das expectativas e das necessidades dos consumidores com relação aos serviços prestados;
- Risco de regulamentação/regulação: trata-se do risco de ocorrer a expedição de novos instrumentos legais e normativos ou a alteração dos já existentes, incluindo os emitidos pelas agências reguladoras, que dificultem o atendimento das novas regras pela Companhia;
- Risco de concentração: referente à não diversificação adequada dos fornecedores;
- Risco sistêmico: relaciona-se às alterações substanciais no ambiente operacional;
- Risco de catástrofe: relativo à ocorrência de catástrofes como enchentes, secas, furações, terremotos etc.

Risco Financeiro:

Relaciona-se com o grau de incerteza associado ao pagamento do passivo e do patrimônio líquido usados para financiar um negócio. Quanto maior é a proporção de dívida usada para financiar uma Companhia, maior será o seu risco financeiro. O financiamento da dívida condiciona ao pagamento de juros e amortizações, aumentando, assim, o risco. A incapacidade de atender às obrigações associadas ao uso da dívida pode resultar na insolvência da empresa e em perdas para os portadores de títulos da dívida, bem como para acionistas.

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros. Todas as operações estão registradas em contas patrimoniais e se destinam a atender suas necessidades operacionais e de expansão, bem como reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de crédito e de taxa de juros.

Análise de Sensibilidade a Taxa de Juros

A Administração da Companhia efetua o cálculo de sensibilidade a uma possível mudança na taxa de rentabilidade dos juros sobre as aplicações financeiras, os empréstimos, os financiamentos e as debêntures sujeito a taxa de juros variáveis, que possam gerar impactos significativos. Se as taxas mantidas em reais variassem em torno de 25% e 50% para mais ou para menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito seria o demonstrado a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 EM MILHARES DE REAIS

Descrição	Indexador	31.12.2020	+25%	-25%	+50%	-50%
Passivo Financeiro Caixa Econômica		<u>816.903</u>	1.021.129	612.67	<u>8 1.225.355</u>	408.452
Federal - Obras	UPR	203.301	254.126	152.47	6 304.952	101.651
BNDES	URTJLP	41.014	51.268	30.761	61.521	20.507
Debêntures	CDI	572.590	715.735	429.44	1 858.882	286.294
CDI		1,9	,375	1,425	2,85	0,95
UPR	21,765525	574 27,2069	0718 16,3	2414431	32,64828861	10,88276287
URTJLP	2,0516	596 2,50	6462	1,538772	3,077544	1,025848

Análise de Sensibilidade a Taxa de Câmbio

A Administração da Companhia efetua o cálculo de sensibilidade a uma possível mudança na taxa de câmbio sobre os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que possam gerar impactos significativos. Se as taxas variassem em torno de 25% e 50% para mais ou para menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito seria o demonstrado a seguir:

Descrição	Moeda	31.12.2020	+25%	-25%	+50%	-50%
Passivo						
Agência Francesa						
de Desenvolvimento - AFD	Euro	417.168	521 460	312.876	625.752	208.584
Japan International	Euro	417.108	521.460	312.870	023.732	208.384
Cooperation Agency						
- JICA	Ien	261.377	326.721	196.033	392.066	130.689
Euro		6,3779	7,9724	4,7834	9,5669	3,1890
Ien		0,05043	0,0630375	0,0378225	0,075645	0,025215

Considerações gerais:

Em 31 de dezembro de 2020, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa – estão apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil;

Aplicações financeiras – são classificadas como destinadas à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 EM MILHARES DE REAIS

Títulos e valores mobiliários – são classificados como mantidos até o vencimento e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Os valores registrados equivalem, na data do balanço, aos seus valores de mercado;

Contas a Receber – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como mantidos até o vencimento e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicáveis;

Empréstimos e financiamentos – o principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

Empréstimos e financiamentos em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros mensurados ao valor justo. Os valores de mercado desses empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis.

Empréstimos e em moeda estrangeira – coerentes com a política financeira da Companhia e estão contabilizados pelos seus valores de mercado em reais, mediante a cotação da data da elaboração do demonstrativo.

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e de 31 de dezembro de 2019 são como segue:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
	Contábil	Contábil	Mercado	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	2.300	6.013	2.300	6.013
Títulos e Valores Mobiliários de Liquidez Imediata	130.394	202.376	130.394	202.376
Contas a Receber (líquido de PDD)	214.286	219.829	214.286	219.829
Empréstimos e Financiamentos em moeda nacional	(775.890)	(779.358)	(775.890)	(779.358)
Empréstimos e Financiamentos em moeda estrangeira	(678.545)	(490.649)	(678.545)	(490.649)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 EM MILHARES DE REAIS

5. PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, e incluem as expectativas de eventos futuros razoavelmente prováveis.

Principais premissas e estimativas contábeis

A Companhia estabelece estimativas e premissas referentes ao futuro. Tais estimativas contábeis, por definição, podem divergir dos resultados reais. As estimativas e premissas que possuem um risco significativo de se concretizarem por valor diferente do previsto e, por isso, podem provocar um ajuste importante nos saldos contábeis de ativos e passivos dentro do próximo exercício contábil estão divulgadas abaixo:

a. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia registra a provisão para créditos de liquidação duvidosa em valor considerado suficiente pela administração para cobrir perdas prováveis, com base na análise das contas a receber de clientes.

A metodologia para determinar tal provisão exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores, entre eles a avaliação do histórico de cobranças, tendências econômicas atuais, estimativas de baixas previstas, vencimento da carteira de contas a receber e outros fatores. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem diferir de tais estimativas.

b. Impairment de ativos de vida útil longa

A Companhia realiza teste de *impairment* em ativos de vida útil longa, principalmente no ativo Intangível, que inclui os bens do sistema de água e esgoto detidos e usados no negócio, para determinar quando eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável.

A avaliação do *impairment* dos ativos de vida útil longa exige o uso de premissas e estimativas com relação a assuntos inerentemente incertos, incluindo projeções de receitas operacionais e fluxo de caixa futuros, taxas de crescimento estimadas e a vida útil remanescente dos ativos, entre outros fatores. Além disso, as projeções são calculadas para um longo período de tempo, o que sujeita essas premissas e estimativas a um grau de incerteza ainda maior. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, o uso de premissas diferentes pode afetar materialmente o valor recuperável.

c. Provisões para contingências

A Companhia é parte em vários processos legais envolvendo valores significativos. Tais processos incluem, entre outros, demandas fiscais, trabalhistas, cíveis, ambientais, contestações de clientes e fornecedores e outros processos. Informações adicionais sobre tais processos são apresentadas na nota explicativa nº19. A Companhia constitui provisão para perdas prováveis resultantes dessas demandas e processos quando conclui que a probabilidade de perda é provável e o valor de tal perda pode ser razoavelmente estimado. Logo, a Companhia precisa fazer julgamentos a respeito de eventos futuros. Como resultado do julgamento exigido na avaliação e cálculo dessas provisões para contingências, as perdas reais realizadas em períodos futuros podem diferir significativamente das estimativas atuais e, inclusive, exceder os valores provisionados.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 EM MILHARES DE REAIS

d. Complementação de benefícios a empregados

O valor presente das obrigações previdenciárias depende de uma série de fatores que são determinados de acordo com uma base atuarial usando uma série de premissas. As premissas usadas na determinação do custo líquido para aposentadoria dos colaboradores incluem a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas causarão impacto no valor contábil das obrigações previdenciárias.

A Companhia determina as taxas de desconto apropriadas ao final de cada exercício, que representa a taxa de juros que deve ser usada para determinar o valor presente de desembolsos futuros de caixa, que se espera sejam exigidos para a liquidação das obrigações previdenciárias.

Outras premissas chave para obrigações previdenciárias são em parte baseadas nas condições do mercado corrente. Informações adicionais sobre os planos previdenciários são apresentadas na nota explicativa nº 20.

Diferenças na experiência atual ou mudanças nas premissas podem afetar o valor contábil das obrigações previdenciárias e despesas reconhecidas nos resultados da Companhia.

6. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Administração da Companhia definiu os segmentos operacionais com base nos relatórios em BR GAAP utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria Executiva.

As informações por segmento de negócios para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 são as seguintes:

	Água	Esgoto	Total na demonstração de resultado
Receita bruta das vendas e dos serviços prestados	1.025.200	235.813	1.261.013
Deduções da receita bruta	(95.305)	(22.029)	(117.334)
Receita líquida das vendas e dos serviços prestados	929.895	213.784	1.143.679
Custos dos serviços prestados e dos produtos vendidos			(473.308)
Lucro bruto			670.371
Depreciação e amortização operacional			(88.816)
Despesas com vendas, gerais e administrativas			(282.811)
Outras receitas/despesas operacionais líquidas			13.053
Lucro antes do resultado financeiro e impostos			311.797

As informações por segmento de negócios para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 são as seguintes:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 EM MILHARES DE REAIS

	Água	Esgoto	Total na demonstraçã o de resultado
Receita bruta das vendas e dos serviços prestados	1.003.206	236.423	1.239.629
Deduções da receita bruta	(93.555)	(22.050)	(115.605)
Receita líquida das vendas e dos serviços prestados	909.651	214.373	1.124.024
Custos dos serviços prestados e dos produtos vendidos			(425.962)
Lucro bruto			698.062
Depreciação e amortização total			(88.657)
Despesas com vendas, gerais e administrativas			(331.866)
Outras receitas/despesas operacionais líquidas			(6.270)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		<u>-</u>	271.269

Os ativos correspondentes aos segmentos reportados apresentam-se conciliados com o total do ativo, conforme segue:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Imobilizado	39.653	40.876
Obras em andamento	1.237.286	953.052
Ativo intangível	1.749.050	1.759.001
Ativos dos segmentos reportados	3.025.989	2.752.929
Total do ativo circulante	497.461	534.992
Ativo não circulante		
Contas a receber de clientes, líquido	8.976	15.386
Ativo financeiro	20.079	28.694
Depósitos dados em garantia	102.182	95.304
Investimentos	304	304
Títulos e valores mobiliários	0	12.867
Ativo fiscal diferido	96.007	91.264
Direito de Uso de Bem	16.466	27.278
Ativo total, conforme balanço patrimonial	3.767.464	3.559.018

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 EM MILHARES DE REAIS

Receita Operacional por Superintendência: Água

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Metropolitana	389.178	379.803
Sul/Serra	190.262	185.131
Oeste	224.243	223.845
Norte/Vale	221.517	214.427
Total	1.025.200	1.003.206

Receita Operacional por Superintendência: Esgoto

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Metropolitana	163.739	163.459
Sul/Serra	34.325	36.338
Oeste	29.211	28.382
Norte/Vale	8.539	8.244
Total	235.814	236.423

Receita Operacional por Município: Água

31 de dezembro	31 de dezembro
de 2020	de 2019
228.301	226.683
60.540	59.309
77.562	75.091
26.805	25.814
98.472	94.470
533.520	521.839
1.025.200	1.003.206
	de 2020 228.301 60.540 77.562 26.805 98.472 533.520

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 EM MILHARES DE REAIS

Receita Operacional por Município: Esgoto

	31 de dezembro	31 de dezembro
	de 2020	de 2019
Florianópolis	128.333	132.399
Chapecó	22.839	23.495
Criciúma	22.147	21.258
Rio do Sul	-	-
São José	35.119	30.771
Outros	27.376	28.500
Total	235.814	236.423

Resumo dos custos e despesas

Despesas	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Custo dos serviços prestados e dos produtos		
vendidos	562.124	504.931
Vendas	89.791	88.071
Gerais e Administrativas	227.589	253.483
Total	879.504	846.485

Resumo das receitas

	31 de	31 de
	dezembro de	dezembro de
Receitas	2020	2019
Água	1.025.200	1.003.206
Esgoto	235.813	236.423
Total	1.261.013	1.239.629

<u>Informações sobre os produtos e serviços</u>

O objetivo da CASAN é planejar, executar, operar e explorar os serviços públicos de esgoto e abastecimento de água potável.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e Equivalentes de Caixa incluem caixa e depósitos, como segue abaixo:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 EM MILHARES DE REAIS

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Bens numerários	1	1
Bancos conta movimento	527	456
Bancos conta arrecadação	1.700	5.519
Bancos conta vinculada	72	37
Total Caixa e Equivalentes de Caixa	2.300	6.013

8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS DE CURTO E LONGO PRAZO

Em 31 de dezembro de 2020, o montante de R\$130.394 (R\$202.376 em 31 de dezembro de 2019) refere-se a aplicações em fundos de renda fixa, remunerados com base no CDI — Certificado de Depósitos Interbancário em instituições financeiras renomadas. Do montante total de R\$130.393 em 31 de dezembro de 2020, R\$101.593 refere-se à aplicação dos Recursos destinados especificamente a obras de expansão da companhia, devendo ser aplicado somente para este fim, o restante, R\$28.801, refere-se a aplicações sem destinação específica no seu uso.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo serviço prestado no decurso normal de suas atividades e são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes da prestação dos serviços. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Circulante		
Consumidores finais	209.318	186.468
Entidades públicas	13.658	17.190
Consumo a faturar	57.449	58.966
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa PCLD	(66.139)	(58.181)
Total Circulante	214.286	204.443
Não circulante		
Consumidores finais	4.944	9.658
Entidades públicas	4.032	5.728
Créditos reconhecidos como perdas	229.032	199.682

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 EM MILHARES DE REAIS

(-) Perdas reconhecidas	(229.032)	(199.682)
Total Não circulante	8.976	15.386
Total Contas a Receber de Clientes	223.262	219.829

A seguir apresentam-se as contas a receber em 31 de dezembro de 2020, segregadas pela faixa de idade dos saldos:

Categoria	A vencer	< 90 dias	> 90 dias e < 180 dias	> 180 dias e < 720 dias	> 720 dias	Total
Comercial	13.464	5.004	2.982	9.722	25.831	57.003
Industrial	2.898	523	173	747	5.103	9.444
Pública	7.436	3.240	2.402	11.534	84.092	108.704
Residencial	71.547	40.919	15.225	44.136	114.005	285.832
Consumo a faturar	57.449	-	-	-	-	57.449
	152.794	49.686	20.782	66.139	229.032	518.433
PCLD	-	_	-	(66.139)	(229.032)	(295.171)
Total Contas a Receber	152.794	49.686	20.782	-	_	223.262
	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·

a) A rubrica Arrecadação a Discriminar é retificadora do Contas a Receber de Clientes.

São lançados nesta conta, valores recebidos das faturas de água e esgoto que não foram identificados pelos órgãos arrecadadores, tais como problemas na identificação do código de barras, erros de matrículas ou pagamentos em agentes não credenciados.

Em 31 de dezembro de 2020 a conta apresenta um saldo de R\$9.236 (R\$5.417 em 31 de dezembro de 2019). Atualmente a Prefeitura de Palhoça está pagando a fatura normalmente e os valores apresentados nos trimestres anteriores referente a ação judicial 045.08.000501-7, já foram baixados das contas a receber da Companhia.

10. ESTOQUES

Os estoques de materiais são destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de água e esgoto. Estes são demonstrados pelo custo médio de aquisição e estão classificados no ativo circulante.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 EM MILHARES DE REAIS

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Materiais em almoxarifado Materiais em poder de terceiros	48.313	47.304 55
Outros	208	207
Total Estoques	48.521	47.566

11. OUTROS

Classificam-se neste grupo os valores referentes a adiantamentos a funcionários e fornecedores, convênios com prefeituras, depósitos em caução, impostos e contribuições antecipadas ou a recuperar e outras contas. Esses créditos são apresentados no ativo circulante, salvo se sua realização ocorrer em período superior a um ano após a data da demonstração, quando devem figurar no ativo não circulante.

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Adiantamentos a fornecedores	5.993	8.590
Convênios com prefeituras	7.256	7.256
Adiantamentos a empregados	1.722	752
Cauções	245	245
Pagamentos reembolsáveis	1.216	1.204
Impostos a recuperar	80.405	58.648
Outros créditos	885	683
Total	97.722	77.378

Os convênios com municípios referem-se, substancialmente, a recursos repassados por meio de convênio de parceirização para a manutenção e a preservação de mananciais, a repavimentação e a gestão dos serviços públicos de abastecimento de água e de coleta, remoção e tratamento de esgotos sanitários. Esses repasses são realizados à medida que esses municípios prestam contas à CASAN.

12. ATIVO FINANCEIRO

Até 31 de dezembro de 2020 a Companhia mantinha registrado em conta do Ativo Realizável a Longo Prazo (Ativos Municipalizados a Receber) os valores decorrentes de Contratos de Concessão denunciados por parte dos municípios que os romperam, os quais provocaram ações judiciais por parte da CASAN, pleiteando indenizações contratuais dos investimentos em ativos operacionais.

Com base nos contratos que continham cláusula prevendo indenização no caso de rescisão ou extinção, a reversão prevê indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não depreciados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 EM MILHARES DE REAIS

ou amortizados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e a atualidade do serviço concedido.

Por consequência, a Companhia transferiu os valores registrados em Ativos Municipalizados a Receber para a conta de Ativo Financeiro (Não Circulante), conforme previsto nos CPCs 38 e 39, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Ativos financeiros	Saldo Contábil antes dos ajustes	12,5% a.a.	Nº anos restantes	<u>Ajustes em</u> 2011 a 2020	Saldo Contábil em 31/12/2020
Balneário Gaivota	968	121	-	968	-
Bombinhas	6.801	850	4	3.401	3.400
Campo Alegre	573	71	0	573	-
Canelinha	853	107	0	853	-
Capivari de Baixo	120	15	0	120	-
Corupá	639	80	0	639	-
Garuva	508	63	0	508	-
Gravatal	8.267	1.033	2	6.200	2.067
Guabiruba	2.062	258	5	773	1.289
Ilhota	1.498	188	4	747	751
Imbituba	24.816	3.108	2	21.708	3.108
Joinville	96	0	0	96	-
Massaranduba	751	94	0	751	-
Meleiro	241	30	0	241	-
Morro da Fumaça	4.438	555	5	1.664	2.774
Penha	6.337	792	0	6.337	-
Praia Grande	983	123	0	983	-
Presidente Getúlio	1.119	140	0	1.119	-
Princesa	189	24	5	71	118
São Francisco do Sul	6.423	803	0	6.423	-
São Jose do Cedro	3.585	448	1	3.137	448
Três Barras	675	84	0	675	-
Videira	9.798	1.225	5	3.674	6.124
Total	81.740	10.212	·	61.661	20.079

Até o presente momento a Companhia possui ações indenizatórias contra esses municípios em virtude dos investimentos realizados. Adicionalmente, a Companhia está elaborando novas ações de indenizações contra os demais municípios que rescindiram o contrato de exploração de água e esgoto.

Segue abaixo demonstrativo, por município, das indenizações pleiteadas judicialmente:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 EM MILHARES DE REAIS

Prefeitura municipal de:	Ano da saída	Saldos em 31 de dezembro de 2020	Prefeitura municipal de:	Ano da saída	Saldos em 31 de dezembro de 2020
Tubarão	2005	17.000	Camboriú	2005	7.000
Balneário Gaivota	2010	2.420	Navegantes	2005	6.000
Campo Alegre	2011	1.879	Içara	2005	15.000
Canelinha	2009	4.094	Balneário Camboriú	2005	40.000
Capivari de Baixo	2010	955	Schroeder	2007	2.000
Corupá	2010	3.982	Sombrio	2007	2.594
Fraiburgo	2005	2.200	São Francisco do Sul	2013	7.047
Guaramirim	2007	6.535	Barra Velha	2009	6.000
Itapoá	2007	3.469	Itajaí	2005	30.000
Imbituba	2014	25.037	Joinville	2005	135.000
Massaranduba	2010	2.486	Papanduva	2005	800
Meleiro	2009	571	Três Barras	2011	2.281
Palhoça	2007	10.000	Timbó	2005	5.000
Penha	2012	8.896	Itapema	2005	4.000
Praia Grande	2013	1.078	São José do Cedro	2014	3.584
Presidente Getúlio	2010	4.536	Lages	2005	110.000
João Batista	2005	1.900	Garuva	2012	475
Bombinhas	2017	7.100	Gravatal	2015	8.308
Princesa	2017	191	Videira	2018	9.000
Ilhota	2017	2.215	Guabiruba	2018	3.072
Total de Indenizações					503.705

13. ATIVO FISCAL DIFERIDO

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 a Companhia reconheceu ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias como segue:

				dezembr o de 2020	dezembr o de 2019
Natureza dos ativos:	Base de cálculo	IRPJ	CSLL	Total	Total
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	66.139	16.535	5.952	22.487	19.781
Provisão para	14.709	3.677	1.324	5.001	4.930

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 EM MILHARES DE REAIS

contingências trabalhistas					
Provisão para contingências cíveis	61.018	15.254	5.492	20.746	23.112
Prejuízo Fiscal	127.002	31.751	11.430	43.181	43.441
Ajuste a Valor Justo Fromage	13.504	3.376	1.216	4.592	-
- -	282.372	70.593	25.414	96.007	91.264
Classificação do ativo diferido:					
Realizável a longo prazo				96.007	91.264

A realização destes ativos fiscais diferidos dar-se-á pelo pagamento das provisões efetuadas ou, quando for o caso, pela realização das perdas provisionadas, em consonância com a Instrução CVM nº 371, de 27 de setembro de 2002.

As movimentações do ativo fiscal diferido em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 são as seguintes:

Imposto de Renda diferido ativo	Provisão para contingência s	Provisão p/devedores duvidosos	Prejuíz o Fiscal	Ajust e a Valor Justo	Total
Em 01 de janeiro de 2019	27.609	18.666	64.124	0	110.399
Creditado/Debitado à demonstração do resultado	433	1.115	(20.683)	0	(19.135)
Em 31 de dezembro de 2019	28.042	19.781	43.441	0	91.264
Creditado/Debitado à demonstração do resultado	(2.295)	2.706	(260)	4.592	(4.743)
Em 31 de dezembro de 2020	25.747	22.487	43.181	4.592	96.007

14. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Em 31 de dezembro de 2020 os ativos Imobilizado e Intangível e as Obras em Andamento da Companhia estão representados pelos bens destinados às atividades operacionais e administrativas, como segue abaixo:

a) Intangível por segmento

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 EM MILHARES DE REAIS

	31 de dezembro de 2019 Líquido	Depreciação/ Amortização	Baixas/ Munici- palizações e Ajustes	Aquisições / Transf.	31 de dezembro de 2020 Líquido
Sistema de Água Produção/Distribuição Sistema de Esgoto	922.265	(48.427)	(144)	51.724	925.418
Redes/Tratamento	836.736	(46.306)	(5)	33.207	823.632
Total	1.759.001	(94.733)	(149)	84.931	1.749.050

b) Obras em andamento e Ativos Imobilizados

As obras em andamento referem-se principalmente a novos projetos e melhorias operacionais, assim representadas:

Obras em andamento e Ativos Administrativos

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Água	uc 2020	ac 2019
Produção	67.346	59.518
Distribuição	45.093	43.479
Projetos e obras de operação Imediata	26.247	17.894
Total Água	138.686	120.891
Esgoto		
Coleta, tratamento e lançamento final, estudos e projetos em elaboração	971.757	735.818
Projetos e obras de operação Imediata	3.575	1.931
Total Esgoto	975.332	737.749
Projetos e obras administrativas	103.253	78.564
Estoques de obras, adiantamentos a terceiros e convênios com prefeituras	20.015	15.848

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 EM MILHARES DE REAIS

Ativos Imobilizados		
Saldo inicial 01 de janeiro	40.877	47.689
Depreciação e amortização	(6.434)	(8.601)
Baixas, municipalizações e ajustes	(1.569)	(1.899)
Aquisições e transferências	6.778	3.688
Total Ativos Administrativos	39.653	40.877
Total Obras em And. e Ativos Adm.	1.276.939	993.928

Em 1996 a Companhia procedeu às reavaliações de seus ativos, que compreendiam terrenos, edificações, máquinas, equipamentos e redes. O laudo de avaliação foi emitido pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária – FAPEU e datado de 30 de abril de 1996. A taxa de depreciação dos bens reavaliados foi ajustada em função da vida útil remanescente, indicada no laudo de avaliação.

Em 30 de novembro de 2011 a Fundação de Estudos e Pesquisas Sócio-Econômicos – FEPESE, emitiu laudo de avaliação dos ativos da Companhia, gerando novo saldo de avaliação.

O saldo da reavaliação de ativos próprios alocada no imobilizado é como segue:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Ativos reavaliados	303.258	324.311
Tributos sobre a reavaliação	(76.946)	(82.288)
Saldo da reavaliação	226.312	242.023

c) Ativos Intangíveis

1 -1- 1

Estão representados abaixo, por município, a composição dos Ativos Intangíveis destinados as atividades operacionais da Companhia:

Município		31 de dezembro de 2019		
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Caçador	16.851	(6.957)	9.894	10.525
Concórdia	26.079	(9.793)	16.286	16.518
Chapecó	204.666	(77.684)	126.982	132.870

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 EM MILHARES DE REAIS

Criciúma Sistema Local	301.276	(122.687)	178.589	186.402
e Integrado Curitibanos	17.234	(8.623)	8.611	8.992
Florianópolis Sistema Local e Integrado	1.116.901	(451.230)	665.670	707.645
Laguna	99.315	(12.285)	87.030	87.492
Rio do Sul Sistema Local e Integrado	32.336	(13.253)	19.083	16.914
Santo Amaro da Imperatriz	18.400	(7.507)	10.893	11.298
São Joaquim	59.696	(14.785)	44.912	47.121
São José	89.083	(33.756)	55.327	41.979
São Miguel do Oeste				
Sistema Local e	29.482	(9.466)	20.016	20.466
Integrado				
Siderópolis	15.242	(4.706)	10.536	10.901
Outros	722.067	(226.846)	495.221	459.878
	2.748.628	(999.578)	1.749.050	1.759.001

Depreciação e Amortização

As taxas anuais de depreciação e amortização são as seguintes:

Imobilizado e Intangível	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Construção civil	4%	4%
Equipamentos	10%	10%
Equipamentos de transporte	20%	20%
Móveis e utensílios	10%	10%

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As contas de Empréstimos e Financiamentos registram as operações da Companhia junto a Instituições Financeiras do país ou exterior, cujos recursos são destinados a financiar compra de ativos, obras e/ou capital de giro. A seguir demonstramos os Empréstimos ajustados a valor presente, conforme a taxa contratual de cada contrato, obtida nas notas explicativas a abaixo:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 EM MILHARES DE REAIS

	31 de dezembro de 2020
Operações no exterior:	
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD	477.144
(-) Juros a Apropriar	(59.976)
Japan International Cooperation Agency - JICA	288.854
(-) Juros a Apropriar	(27.477)
Total Operações líquidas no exterior	678.545
Operações no país: Caixa Econômica Federal – CAIXA - Obras (-) Juros a Apropriar	345.647 (142.346)
Debêntures	713.734
(-) Juros a Apropriar	(141.145)
Total Operações Líquidas no país	775.890
Total Empréstimos e Financiamentos	1.454.435

Abaixo a comparação com o ano de 2019, pelo seu valor líquido:

	Passivo C	Circulante	Passivo Não	o Circulante	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembr o de 2020	31 de dezembro de 2019	Encargos incidentes
Operações no exterior:					
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD	67.238	48.157	349.930	293.765	Ver nota explicativa
Japan International Cooperation Agency - JICA	8.045	4.993	253.332	143.735	1,20% a.a.
Total Operações no exterior	75.283	53.150	603.262	437.500	
Operações no país:					
Caixa Econômica Federal – CAIXA – Obras	9.617	8.270	193.684	185.728	Ver nota explicativa
Debêntures	169.403	58.412	403.186	526.948	Ver nota explicativa
Total Operações no país	179.020	66.682	596.870	712.675	
Total Empréstimos e Financiamentos	254.303	119.832	1200.132	1.150.175	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 EM MILHARES DE REAIS

- a) Em 31 de dezembro de 2020 os contratos de empréstimos junto a AFD estavam sujeitos a COVENANTS (idem em 31 de dezembro de 2019).
- b) As amortizações do principal e dos encargos financeiros incorridos de empréstimos e financiamentos externos e internos vencíveis a longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

Ano:	31 de dezembro de 2020
2021	157.274
2022	291.180
2023	291.812
Após 2024	714.169
Total	1.454.435

<u>Japan International Cooperation Agency – JICA</u>

Após aprovação no Senado Federal, foi assinado em 31 de dezembro de 2010 a contratação de empréstimo junto ao Banco Japan International Cooperation Agency - JICA, para Programa de Saneamento no Estado de Santa Catarina. O investimento total é de ¥12.324.000 para as obras e ¥2.102.000 para consultoria sendo que os juros incidentes são de 1,20% a.a e 0,01% a.a respectivamente. Até 31 de dezembro de 2020 a Companhia recebeu o montante de ¥5.689.535.359. Este empréstimo é garantido pela República Federativa do Brasil. O prazo do empréstimo é de 7 anos de carência mais 19 anos de amortização.

<u>Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD,</u>

Em 18 de dezembro de 2012 foi assinado contrato de financiamento junto a Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD, no montante de €99.756, que tem como objetivo realizar investimentos em infraestrutura de saneamento básico em municípios de médio porte localizados em Santa Catarina. A taxa de juros do empréstimo é definida nas datas dos desembolsos, ou seja, juros de 5,39% sobre €25.000 desembolsados em 22/10/2013, juros de 3,59% sobre €25.000 desembolsados em 07/12/2016 e juros de 3,68% sobre €49.756 desembolsados em 24/08/2017. O prazo do empréstimo é de 5 anos de carência e, após a carência, 10 anos de amortização. Este contrato está sujeito a *covenants* e as suas garantias são: 1/6 do serviço da dívida em conta vinculada; além de a operação ser garantida pelo Estado de Santa Catarina. Em 31 de dezembro de 2020 o saldo devedor é de €69.829.

Caixa Econômica Federal – CAIXA - Obras

Os financiamentos obtidos da Caixa Econômica Federal - CAIXA referem-se a diversas linhas de crédito para investimentos em obras de saneamento básico, conforme abaixo:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 EM MILHARES DE REAIS

Ano dos contratos	Vencimentos finais	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
2010	2032	20.145	19.133
2012	2034 a 2036	183.156	174.864
Total		203.301	193.997

O valor principal dos contratos e os encargos são pagos em bases mensais. Os contratos firmados têm carência de 14 a 46 meses para pagamento do principal. Os contratos de financiamentos com a Caixa Econômica Federal são garantidos pelas receitas tarifárias da Companhia.

<u>Debêntures</u>

Em 15 de maio de 2019, a Companhia amortizou a 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries da 1ª emissão de debêntures, no montante de R\$154.054.

Em 28 de janeiro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a primeira emissão de 60.000 mil (sessenta mil) debêntures simples com valor nominal de R\$10.000,00 (dez mil reais), não conversíveis em ações, da espécie com garantia real nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, divididas em quatro séries, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição.

Em 02 de setembro de 2020 foi realizada uma assembleia geral dos Debenturistas para a alteração do início do pagamento da amortização do principal, alteração do prazo de vigência e data de vencimento, para aprovação desses itens a Casan foi condicionada ao pagamento de um prêmio equivalente a 3%, incidente sobre o valor nominal das Debêntures acrescido da remuneração devida na data da assembleia, resultando no montante de R\$18.080.245,02, que serão pagas em 3 parcelas mensais consecutivas em montantes iguais, sendo a primeira parcela devida em 14/09/2020, a segunda em 13/10/2020 e a terceira em 12/11/2020.

As debêntures têm prazo de vigência de 72 (setenta e dois) meses contados da data de emissão (amortizadas pelo prazo do contrato), que foi em 15 de maio de 2019 vencendo-se, portanto em 12 de março de 2025, ressalvadas as hipóteses em que ocorrer o resgate antecipado.

As Debêntures foram emitidas em série única de 60 mil debêntures.

A amortização do valor nominal unitário das debêntures será em parcelas mensais e consecutivas, a partir do 30° (trigésimo) mês a contar da data de emissão, sendo a primeira parcela devida em 12 de setembro de 2021, e a última parcela correspondente ao saldo do valor nominal unitário das debêntures devida na data de vencimento (cada uma, uma "Data de Amortização"), ressalvadas as hipóteses em que ocorrer o resgate antecipado, ou ainda o vencimento antecipado das debêntures.

A Remuneração das Debêntures contemplará juros remuneratórios, a partir da respectiva data de liquidação, correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 EM MILHARES DE REAIS

de um dia, "over extra-grupo", calculadas e divulgadas diariamente pela B3, acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a 5,75% a.a.

Devido à variação cambial, apresentamos a DFC – Demonstração do Fluxo de Caixa livre dos efeitos financeiros.

16. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

Os valores a seguir representam, entre outros: valores retidos dos colaboradores a repassar às associações de classe ou instituições financeiras (empréstimos consignados na folha); a INSS, IR e FGTS incidentes sobre a folha de pagamento; plano de saúde e previdenciário; programa de alimentação do trabalhador e provisão de férias e seus encargos.

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
<u>Circulante</u> :		
Provisão para férias	28.873	26.671
INSS	5.547	5.244
FGTS	1.707	1.797
IR s/folha de pagamento	3.000	2.724
Plano de saúde e previdência	3	13
Consignações	1.982	1.998
Outros	985	722
Total Circulante	42.097	39.169
Não Circulante:	_	
Participação em resultados	3.177	3.177
Total Não Circulante	3.177	3.177

17. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

As composições em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 apresentam os seguintes valores:

	31 de	31 de
	dezembro de	dezembro de
	2020	2019
<u>Circulante</u> :		
. REFIS	7.820	7.704
. COFINS	6.137	6.884
. PIS/PASEP	1.330	1.489
. Imposto de Renda - retenções	110	128

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 EM MILHARES DE REAIS

. Imposto de Renda sobre lucro real	49.618	34.308
. PIS/COFINS/CSLL - retenções	445	563
. INSS de terceiros	587	910
. Contribuição social sobre lucro real	18.429	12.774
. Outros	477	536
Total circulante	84.953	65.296
Não circulante:		
. REFIS	20.031	27.432
Total não circulante	20.031	27.432

Em 18 de abril de 2000 a Companhia optou pelo ingresso no Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, por meio do qual lhe foi possibilitado um regime especial de consolidação e parcelamento de todos os seus débitos relativos a tributos e contribuições administrados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN e pela Secretaria da Receita Federal – SRF, vencidos até 29 de fevereiro de 2000. Os débitos estão sendo pagos em parcelas mensais, fixas e sucessivas, que estão sendo pagas no vencimento como condição essencial para a manutenção da Companhia no programa. As parcelas de cada um dos débitos são compostas de amortização e juros. A amortização equivale ao resultado da divisão do total devido pelo número total de parcelas e a correção é realizada mediante a aplicação da taxa Selic overnight acumulada. Como garantia a esse parcelamento foram oferecidos bens do ativo imobilizado da Companhia.

A seguir apresenta-se quadro detalhando a dívida consolidada em 1º de março de 2000, e os montantes de créditos fiscais utilizados para amortização de multas e juros, que compuseram o saldo para o referido parcelamento:

Natureza:	PGFN	SRF	Total da dívida na adesão	Amortização com créditos fiscais
Principal	16.925	17.660	34.585	
Multa	4.908	5.914	10.822	4.654
Juros	19.914	12.153	32.067	13.790
Encargos	4.175	-	4.175	-
Total	45.922	35.727	81.649	18.444

Em 27 de maio de 2009 foi publicada e passou a vigorar a Lei nº 11.941/09, alterando a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários, concedendo remissão nos casos em que se especifica, dentre outras providências.

Nesse sentido, em 26 de agosto de 2009 a Administração da Companhia decidiu pela adesão, nos termos da referida Lei, o que gerou a transferência dos montantes originários do REFIS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 EM MILHARES DE REAIS

Em 28 de setembro de 2011, a Secretaria da Receita Federal do Brasil confirmou a consolidação dos débitos, conforme detalhamento abaixo:

<u>Natureza:</u>	PGFN	SRF	Total da dívida na adesão
Principal	40.522	28.091	68.613
Multa/Juros	6.722	4.698	11.420
Total	47.244	32.789	80.033

A demonstração da mutação do REFIS nas demonstrações financeiras está resumida como segue:

Circulante		Não Cir	culante
31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
7.704	8.728	27.432	34.653
7.893	7.838	(7.893)	-7.838
-	-	492	617
(7.777)	(8.862)	-	-
7.820	7.704	20.031	27.432
	31 de dezembro de 2020 7.704 7.893	31 de dezembro de 2020 de 2019 7.704 8.728 7.893 7.838 - (7.777) (8.862)	31 de dezembro de 2020 31 de dezembro de 2019 31 de dezembro de 2020 7.704 8.728 27.432 7.893 7.838 (7.893) - - 492 (7.777) (8.862) -

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Registram-se os tributos diferidos decorrentes da reavaliação de ativos próprios que perfazem o montante de R\$76.946 em 31 de dezembro de 2020 (R\$82.475 em 31 de dezembro de 2019), conforme mencionado na nota explicativa nº14.

A Companhia reconhece e liquida os tributos sobre a renda com base nos resultados das operações apurados de acordo com a legislação societária brasileira, considerando os preceitos da legislação fiscal.

De acordo com o CPC 32 (IAS 12), a Companhia reconhece os ativos e passivos tributários diferidos com base nas diferenças existentes entre os saldos contábeis e as bases tributárias dos ativos e passivos.

19. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Administração, com base em análise conjunta com seus consultores jurídicos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para fazer face a prováveis perdas em processos judiciais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 EM MILHARES DE REAIS

	31 de	31 de
	dezembro de	dezembro de
	2020	2019
Provisão para contingências cíveis	61.018	67.974
Provisão para contingências trabalhistas	14.709	14.501
	75.727	82.475
Total Depósitos dados em garantia	(102.182)	(95.304)
Insuficiência (Suficiência) da cobertura	(26.455)	(12.829)

Em 31 de dezembro de 2020 as ações judiciais enquadradas pela área jurídica da companhia cujo grau de risco foi classificado como possíveis somam R\$ 613.249 (R\$ 583.500 em 31 de dezembro de 2019).

a. Contingências cíveis

Tramita na esfera judicial de Santa Catarina ações cíveis referentes a diferenças de juros e correção monetária, previstos em contratos, em face de atrasos nos pagamentos mensais das faturas de cobrança, ações cíveis públicas e outros de naturezas diversas vinculados com a operacionalidade da Companhia. Esses processos ainda não possuem sentença judicial, daí a necessidade de provisionamento totalizando R\$61.018 em 31 de dezembro de 2020 (R\$67.974 em 31 de dezembro de 2019).

b. Contingências trabalhistas

As causas trabalhistas provisionadas dizem respeito ao pagamento de horas extras e outras questões salariais (agregações e demissões sem justa causa), com risco de perda provável. Assim, com base em informações da assessoria jurídica, a Companhia estimou e provisionou o valor de R\$14.709 em 31 de dezembro de 2020 (R\$14.501 em 31 de dezembro de 2019) em face de eventuais perdas nesses processos.

Cabe registrar que não estão incluídos nos valores acima os processos classificados em perdas possíveis.

20. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Benefícios previdenciários

A Companhia patrocina plano de benefício definido operado e administrado pela Fundação CASAN de Previdência Complementar - CASANPREV. Adicionalmente, para fins de atendimento às determinações, contidas no CPC 33 (R1), aprovado pela Deliberação 695 da CVM, foi contratada a empresa Grant Thornton Serviços Atuariais, que emitiu relatórios detalhados, suportando as informações incluídas nesta nota.

Plano CASANPREV

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 EM MILHARES DE REAIS

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possui contabilizado, a título de passivo atuarial do Plano de Previdência Complementar – CASANPREV, o montante de R\$ 108.248 (R\$97.379 em 31 de dezembro de 2019).

Administrado pela Fundação Casan de Previdência Complementar – CASANPREV, o Plano CASANPREV está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, na qual a fase de acumulação se dá nas modalidades de Contribuição Definida e Benefício Definido, e o período de recebimento dos benefícios em uma estrutura de Benefício Definido. O plano é oferecido aos funcionários da patrocinadora CASAN e foi aprovado em 6 de agosto de 2008.

Resumo das Obrigações Previdenciárias

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	373.530	370.275
Valor justo dos ativos do plano	(265.282)	(272.896)
Déficit / (Superávit) para planos cobertos	108.248	97.379
Passivo / (Ativo) líquido	108.248	97.379

Obrigações Previdenciárias

	31 de dezembro de	31 de dezembro de
	2020	2019
Valor das obrigações no início do ano	370.275	280.810
Custo do serviço corrente bruto (com juros, líquido da contribuição do participante)	(1.979)	(2.766)
Juros sobre obrigação atuarial	25.498	24.886
Contribuições de participantes vertidas no ano	1.961	4.398
(Ganho) / perda atuarial	(3.759)	78.985
Benefícios pagos no ano	(18.466)	(16.038)
Valor das obrigações calculadas no final do ano	373.530	370.275

Ativos do plano

As políticas e estratégias de investimento do plano têm como objetivo reduzir o risco por meio da diversificação, considerando fatores tais como as necessidades de liquidez e o status financiado das obrigações do plano, tipos e disponibilidade dos instrumentos financeiros no mercado local, condições e previsões econômicas gerais,

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 EM MILHARES DE REAIS

assim como exigências estipuladas pela lei local de aposentadorias. A alocação dos ativos do plano e as estratégias de gerenciamento dos ativos externos são determinadas com o apoio de relatórios e análises preparados pela CASANPREV.

A taxa de rendimento de longo prazo dos ativos esperada pelo plano foi determinada com base no rendimento médio ponderado estimado dos ativos do plano, o que inclui títulos de renda fixa, ações, imóveis e empréstimos. Essa taxa projetada inclui a taxa estimada a longo prazo para a inflação e leva em consideração fatores como as curvas projetadas da taxa de juros futura e as projeções econômicas disponíveis no mercado.

	31 de	31 de
	dezembro de	dezembro de
	2020	2019
Valor justo dos ativos no início do ano	(272.896)	(249.041)
Rendimento esperado no ano	(18.868)	(22.292)
Ganho / (perda) atuariais nos ativos do plano	8.015	(10.827)
Contribuições de patrocinadoras (inclui		
benefícios pagos diretamente pelas		(2.376)
patrocinadoras)		
Contribuições de participantes		(4.398)
Benefícios pagos pelo plano/empresa	18.466	16.038
Valor justo dos ativos no final do ano	265.282	(272.896)

Premissas adotadas

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Taxa real de desconto atuarial	3,21%	3,32%
Retorno real esperado sobre os ativos Taxa real de crescimento salarial dos	3,21%	3,32%
empregados ativos	0,82%	0,82%
Crescimento real dos benefícios do plano durante o recebimento Fator de capacidade sobre os	0,00%	0,00%
benefícios	100%	98,44%
Fator de capacidade sobre os salários	100%	98,44%
Inflação esperada	4,25%	3,61%
Taxa de desconto nominal Retorno nominal esperado sobre os	7,60%	7,05%
ativos do plano Taxa nominal de crescimento salarial	7,60%	7,05%
dos empregados ativos	5,10%	4,46%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 EM MILHARES DE REAIS

Crescimento nominal dos benefícios		
do plano durante o recebimento	4,25%	3,61%
	Sexo Masculino: AT	Sexo Masculino: AT
	2000 Básica F / Sexo	2000 Básica F / Sexo
	Feminino: AT 2000 F	Feminino: AT 2000 F
Mortalidade geral	Desagravada em 10%	Desagravada em 10%
	Sexo Masculino: AT	Sexo Masculino: AT
	2000 Básica F / Sexo	2000 Básica F / Sexo
	Feminino: AT 2000 F	Feminino: AT 2000 F
Mortalidade de inválidos	Desagravada em 10%	Desagravada em 10%
Entrada em invalidez	Grupo Americana	Grupo Americana
Taxa anual de rotatividade	Não considerado	Não considerado
	BaC - Família Média	BaC - Família Média /
Composição familiar	/ BC - Família Real	BC - Família Real

Plano de Demissão Voluntária Incentivada – PDVI total

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
<u>Circulante:</u>		
PDVI com indenização mensal	72.898	71.395
Total Circulante	72.898	71.395
Não circulante: PDVI com indenização mensal	308.603	373.358
Total Não Circulante	308.603	373.358
Total PDVI	381.501	444.753

Plano de Demissão Voluntária Incentivada – PDVI (2017/2018)

Em 28 de julho de 2017, na trecentésima vigésima quinta (325^a) reunião do Conselho de Administração, considerando a proposição da Diretoria Executiva, fundamentada na necessidade de manutenção da capacidade de investimentos, na reestruturação da Companhia e nas medidas de contenção de despesas, foi autorizado o lançamento do Programa de Demissão Voluntária Incentivada – PDVI 2017.

A comissão de implantação do PDVI foi instituída pela Diretoria Executiva, sob coordenação da Gerência de Recursos Humanos, e determinou o período de inscrições entre os dias 15 de setembro de 2017 a 15 de outubro

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 EM MILHARES DE REAIS

de 2018. Ao final desse período restaram 729 inscritos, que correspondiam a 27,52% do total do contingente de funcionários da CASAN (2.649 em 31 de outubro de 2017).

O cronograma de desligamento planejado com aprovação da Diretoria Executiva iniciou em 01 de novembro de 2017 e foi concluído em 15 de outubro de 2018.

As indenizações estão sendo pagas em até 96 (noventa e seis) parcelas para os empregados com idade até 67 (sessenta e sete) anos; 84 (oitenta e quatro) parcelas com idade de 68 (sessenta e oito) anos; 72 (setenta e duas) parcelas com idade de 69 (sessenta e nove) anos; e 60 (sessenta) parcelas para os empregados com idade acima de 70 (setenta) anos.

A adesão dos funcionários a esse programa de PDVI acarretou diversas necessidades de contratações, onde 416 vagas foram preenchidas gradativamente, de fevereiro de 2018 até dezembro de 2018, observando a limitação estabelecida pelo Conselho de Administração que autorizou as reposições do PDVI com o limitador financeiro de 20% do custo dos empregados da ativa.

A estimativa do custo dos empregados admitidos considerou o salário de ingresso dos cargos a serem contratados com percentual de encargos baseado na média de custos dos empregados que integravam o quadro antes do PDVI. No entanto, esse percentual acabou sendo ultrapassado em cerca de 3,77% pois o perfil dos novos empregados trouxe alterações significativas nas rubricas variáveis que compõem a remuneração, como por exemplo, o prêmio por conclusão de nível técnico e superior, recebido por 65% dos empregados admitidos em razão das substituições do PDVI, além do fato de que o Acordo Coletivo 2018/2019 aumentou os percentuais dos prêmios por conclusão de nível médio profissionalizante e de nível superior.

Outra situação relevante neste contexto é que o Conselho de Administração (ATA nº328 de 27/10/2017) também previu que a empresa priorizasse a automação das estações de água e de esgoto e terceirização de alguns serviços em detrimento de novas contratações, todavia, essas ações se encontram em andamento.

Por fim, cabe mencionar que o PDVI permitiu a quitação do contrato de trabalho (evitando novas demandas trabalhistas) e também gerou economia com o prejuízo fiscal oriundo do PDVI estimado em 83,245 milhões de reais.

21. PARTES RELACIONADAS

A Companhia participa de transações com seu acionista controlador, o Estado (via Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina), e a CELESC.

Contas a receber de clientes

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 EM MILHARES DE REAIS

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
<u>Circulante:</u>		
Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina	4.183	10.046
CELESC	55	37
Total de contas a receber dos acionistas	4.238	10.083

Além disso, a Companhia obtém serviços e empréstimos de seus acionistas, como segue:

Contas a pagar a fornecedores

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Não Circulante:		
Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina	3.364	3.364
CELESC	10.111	8.579
Total de contas a receber dos acionistas	13.475	11.943

Empréstimos a pagar a acionista

Não circulante:

	dezembro de 2020	dezembro de 2019
Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina	41.014	45.779
Total empréstimos a pagar para acionistas	41.014	45.779

O relacionamento entre acionistas foi todo reclassificado para o Passivo Não Circulante.

Resultado das operações com acionistas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 EM MILHARES DE REAIS

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Receita bruta de serviços prestados	24.638	28.505
Custos e despesas	(104.550)	(108.958)
Juros de empréstimo com acionista	(1.940)	(4.002)
Resultado	(81.852)	(84.455)

Em julho de 2008 a Companhia firmou contrato com o BNDES no valor R\$150.475, que está sendo amortizado em 138 prestações mensais e sucessivas, sendo que a primeira prestação venceu em 15 de fevereiro de 2012 e a última irá vencer em 15 de julho de 2023. O contrato prevê juros de 3,54% ao ano + TJLP.

Como garantia a Companhia cedeu fiduciariamente 25% da receita tarifária mensal decorrente da prestação dos serviços de distribuição de água, coleta e tratamento de esgotos e o recebimento de eventual indenização que venha a ser devida pelos municípios de Florianópolis, Criciúma, São José e Laguna.

Em 4 de agosto de 2010 a Assembleia Legislativa aprovou o Projeto de Lei nº 267/10, que autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito para a assunção das obrigações assumidas pela CASAN junto ao BNDES, no valor de R\$150.475. Tal operação foi efetuada com a interveniência do Estado de Santa Catarina em 4 de julho de 2008.

Dessa forma, os valores devidos ao BNDES em 31 de dezembro de 2020, no montante R\$40.206, contabilizados como empréstimos e financiamentos referente a Partes Relacionadas, no passivo não circulante, foram mantidos no mesmo grupo de contas. Tais valores mantêm as mesmas características iniciais, porém referem-se à dívida com o Governo do Estado de Santa Catarina.

Após este acordo, o Estado de Santa Catarina passou a efetuar a liquidação de cada parcela de amortização, juros e dos encargos decorrentes da operação, e a Companhia passou a ressarcir o Estado de Santa Catarina de todos os valores pagos relativos a assunção das obrigações, mediante o repasse integral e imediato à unidade orçamentária denominada Encargos Gerais do Estado.

Devido à interveniência do Estado junto ao BNDES, a CASAN passa a ter liberadas suas garantias reais junto àquela instituição, o que permite a obtenção de novas linhas de crédito, para o financiamento de novas obras de saneamento em outros municípios de Santa Catarina.

Em 07 de agosto de 2020 foi autorizada a suspensão do pagamento das parcelas de principal e de juros remuneratórios do contrato por 12 meses, no período de 15 de janeiro de 2020 a 15 de dezembro de 2020, prorrogando o prazo final da amortização por 12 meses, sem alteração da taxa de juros. O montante que deixar de ser pago durante o período da suspensão relativamente às parcelas do principal e dos juros remuneratórios será capitalizado a cada evento financeiro de vencimento originalmente previsto no contrato, incorporando-se ao principal da dívida dos respectivos subcréditos. O prazo final da amortização ficou para o dia 15 de julho de 2024. Os valores pagos no período de 15 de janeiro a 15 de dezembro de 2020 serão apropriados pelas BNDES

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 EM MILHARES DE REAIS

como amortização extraordinária do principal da dívida, na referida data, sendo realizados os ajustes do saldo devedor para cálculo das prestações remanescentes.

22. RECEITA DIFERIDA

O montante de R\$19.260 em 31 de dezembro de 2020 (idem em 31 de dezembro de 2019) refere-se a recursos do Orçamento Geral da União (OGU), destinados à CASAN para o desenvolvimento de obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Essas obras estão sendo realizadas no bairro Campeche, em Florianópolis, em Mafra, e também incluem a Barragem do Rio do Salto e a Adutora do Rio Chapecozinho.

A realização de tais valores se dará a partir do momento da conclusão das referidas obras, tendo como base de realização a amortização dos investimentos efetuados e, como contrapartida, o resultado do exercício.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2020 está representado por 751.330.842 ações (715.094.432 ações em 31 de dezembro de 2019). São 375.538.169 (357.547.216 em 31 de dezembro de 2019) ações ordinárias nominativas, com direito a voto e sem valor nominal e 375.792.673 (357.547.216 em 31 de dezembro de 2019) ações preferenciais nominativas, sem direito a voto e sem valor nominal, sendo a estas assegurada a prioridade no reembolso de capital e no pagamento de dividendos não cumulativos. Ambas dão direito a dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, na proporção das ações, sendo que as ações preferenciais têm direito a um recebimento 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária.

A composição das ações apresenta-se conforme discriminado abaixo:

Acionistas

Governo do Estado de Santa Catarina SC Parcerias S/A. Centrais Elétricas do Estado de Santa Catarina – CELESC Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - CODESC Demais Acionistas Nacionais Total de ações

31 de dezembro de 2020			
Ordinárias	Preferenciais	Total	
236.856.732	253.851.013	490.707.745	
66.470.150	66.547.700	133.017.850	
55.358.800	55.357.200	110.716.000	
16.811.705	0	16.811.705	
40.782	36.760	77.542	
375.538.169	375.792.673	751.330.842	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 EM MILHARES DE REAIS

	31 de dezembro de 2019		
<u>Acionistas</u>	Ordinárias	Preferenciais	Total
Governo do Estado de Santa Catarina	221.413.722	237.722.771	459.136.493
SC Parcerias S/A.	64.451.065	64.451.112	128.902.177
Centrais Elétricas do Estado de Santa Catarina – CELESC	55.358.800	55.357.200	110.716.000
Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - CODESC	16.315.575	0	16.315.575
Demais Acionistas Nacionais	8.054	16.133	24.187
Total de ações	357.547.216	357.547.216	715.094.432

b. <u>Lucros/Prejuízos Acumulados</u>

Em dezembro de 2020 a Companhia apurou Lucro de R\$112.504 (Lucro de R\$119.686 em dezembro de 2019).

c. Reserva de Reavaliação

Em 06/12/2019 foi celebrado contrato entre a CASAN e a empresa Berkan, com o objetivo de avaliação e confirmação dos registros contábeis realizados a partir da última reavaliação patrimonial. Os trabalhos ainda não foram finalizados.

d. Dividendos

Cálculo dos Dividendos de 2020

Lucro Exercício para cálculo dos dividendos	112.504
Reserva Legal (5%)	(5.625)
Ajustes do Lucro do Exercício	10.348
Base para Dividendos	117.227
Dividendos Propostos (25%)	29.307

Em dezembro de 2020 o saldo da conta dividendos propostos é de R\$65.952 sendo R\$36.645, referente a anos anteriores ainda não pagos, esperando manifestação dos acionistas para futuro aumento de capital, conforme descrito na nota de eventos subsequentes.

24. RECEITA OPERACIONAL

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 EM MILHARES DE REAIS

As receitas operacionais auferidas pela Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão apresentadas abaixo:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Tarifas de água	1.006.874	981.645
Tarifas de esgoto	235.762	236.371
Outras receitas de serviços de água	18.326	21.562
Outras receitas de serviços de esgoto	52	52
Total do faturamento	1.261.014	1.239.630
Impostos sobre vendas e outras deduções	(117.335)	(115.606)
Total receita líquida	1.143.679	1.124.024

25. DESPESAS POR NATUREZA

As despesas da Companhia distribuem-se por natureza da seguinte maneira:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
	339.516	348.089
Materiais	74.855	59.783
Serviços de terceiros	224.429	243.868
Gerais e tributárias	27.275	68.208
Depreciações, amortizações	96.613	88.658
Amortização direito de uso de bem	13.746	0
Ajuste a Valor Justo	13.504	0
Perdas na realização dos créditos e Provisão para devedores duvidosos	37.329	23.384
Recomposição de pavimentação	25.556	13.477

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 EM MILHARES DE REAIS

Fundos para programas municipais	26.681	1.018
Total	879.504	846.485

26. DESPESAS COM BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Segue abaixo relação das despesas referentes aos benefícios concedidos aos empregados:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Salários	129.045	125.087
Custos previdenciários	62.902	57.025
FGTS	15.114	14.597
Programa de alimentação	36.181	31.936
Programa de saúde	19.466	24.290
PDVI – Demissão voluntaria incentivada	8.079	28.351
Outros benefícios	68.729	66.803
Total	339.516	348.089
Número de empregados	2.533	2.500

27. RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro auferido pela Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 2019 está apresentado abaixo:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Receitas financeiras:		
Descontos obtidos	3.071	2.025
Juros ativos	1312	5.501
Rendimento de aplicações financeiras	5.246	11.303
Ganho com Recuperação de Crédito	_	310
Total Receitas Financeiras	9.629	19.139

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 EM MILHARES DE REAIS

Despesas financeiras:

Juros sobre empréstimos e financiamentos	(71.462)	(109.803)
Variações monetárias e cambiais	(43.312)	30
Outras	(1.879)	(124)
Total Despesas Financeiras	(116.650)	(109.897)
Resultado Financeiro Líquido	(107.021)	(90.758)

28. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

Em 31 de dezembro de 2020, substancialmente, as outras receitas são compostas por pessoal à disposição de outros órgãos e as despesas operacionais compostas pela adesão de colaboradores ao programa de demissão incentivada e pela complementação das provisões para contingências, conforme notas explicativas 20 e 19, respectivamente. Abaixo segue a composição das mesmas:

Outras receitas operacionais:	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Pessoal à disposição	2.614	1.966
Indenizações e ressarcimento de despesas	237	1.613
Comissão prestação de serviços/convênios	214	563
Recuperação déficit atuarial Casanprev	0	2.548
Vendas de bens do imobilizado	2387	8
Reembolso mensalidade Unimed	909	1.208
Reversão Causas Cíveis	6.891	3.220
Reversão Causas Trabalhistas	413	16.433
Outras	544	150
Total Outras Receitas Operacionais	14.209	27.709
Outras despesas operacionais:		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 EM MILHARES DE REAIS

. Baixa de imobilizado	(194)	(538)
. Fiscais e tributárias	(491)	(489)
. Causas cíveis	(183)	(28.296)
. Causas trabalhistas	(288)	(4.655)
Total Outras Despesas Operacionais	(1.156)	(33.978)
Outras Receitas Operacionais Líquidas	13.053	(6.270)

29. SEGUROS

A Companhia objetiva delimitar os riscos de sinistros, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possui seguros prediais contratados contra incêndios, vendavais, danos elétricos, raios e explosões, com cobertura no montante de R\$12.500. Tal montante engloba os seguros contratados para diversos prédios próprios e alugados pela Companhia.

A Casan possui contratos de seguros automotivos para um veículo de uso da presidência, cuja cobertura monta R\$450. Além disso, a Companhia possui 633 veículos leves e pesados alugados que já incluem no valor da locação os custos dos seus respectivos seguros.

30. BALANÇO SOCIAL

A Secretaria de Estado da Casa Civil (SCC) e Secretaria de Estado da Fazenda (SEF) editaram a Instrução Normativa Conjunta nº 5, de 28 de maio de 2018.

Essa instrução normativa instituiu modelos de referências, inclusive para o balanço social, o qual está sendo enviado para CVM de acordo com o modelo estabelecido pela Instrução Normativa citada acima.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 EM MILHARES DE REAIS

BA	LANÇO SOC	IAL				
1. BASE DE CÁLCULO	2020 - Valores em R\$ MIL			2019 - Valores em R\$ MIL		
Receita Operacional Líquida (ROL)			1.143.679			1.124.024
Resultado Operacional (RO)			277.228			268.721
Folha de Pagamento Bruta (FPB)			354.704			354.051
2. INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	Valor	% sobre	% sobre	Valor	% sobre	% sobre
2. INDICADORES SOCIAIS INTERINOS	R\$ MIL	FBP	RL	R\$ MIL	FBP	RL
Alimentação	43.582	12,29%	3,81%	38.912	10,99%	3,46%
Encargos Sociais Compulsórios	69.527	19,60%	6,08%	67.709	19,12%	6,02%
Previdência Privada	3.837	1,08%	0,34%	3.914	1,11%	0,35%
Saúde	15.656	4,41%	1,37%	20.570	5,81%	1,83%
Segurança e Saúde no Trabalho	1.139	0,32%	0,10%	1.410	0,40%	0,13%
Educação	595	0,17%	0,05%	704	0,20%	0,06%
Cultura	1.161	0,33%	0,10%	1.130	0,32%	0,10%
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	237	0,07%	0,02%	813	0,23%	0,07%
Creches ou Auxílio-Creche	2.920	0,82%	0,26%	2.890	0,82%	0,26%
Participação nos Lucros ou Resultados	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	8.079	2,28%	0,71%	28.351	8,01%	2,52%
Total dos Indicadores Sociais Internos	146.732	41,37%	12,83%	166.401	47,00%	14,80%
3. INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	Valor	% sobre	% sobre	Valor	% sobre	% sobre
S. I. D. C. II. D. II. D. C. III. D. II. D. III	R\$ MIL	RO	RL	R\$ MIL	RO	RL
Educação						
Cultura	270	0,10%	0,02%	305	0,11%	0,03%
Saúde e Saneamento				50	0,01%	0,00%
Esporte	50	0,02%	0,00%	-	-	-
Sub Total	320	0,12%	0,03%	355	0,13%	0,03%
Tributos (excluídos os encargos sociais)	194.948	54,96%	17,05%	173.484	49,00%	15,43%
Total dos Indicadores Sociais Externos	195.268	55,08%	17,07%	173.839	49,13%	15,47%
4. INDICADORES AMBIENTAIS	Valor	% sobre	% sobre	Valor	% sobre	% sobre
TI I DICIDORES TRIBIL (TIES	R\$ MIL	RO	RL	R\$ MIL	RO	RL
Investimentos Relacionados com a Produção/Operação da Empresa	374.000	135%	0,3270148	245.071	91%	21,80%
Investimentos em Programas e/ou Projetos Externos	38,98	0,01%	0,00%	431	0,16%	0,04%
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	374.039	134,92%	32,70%	245.502	91,36%	21,84%
Quanto ao Estabelecimento de "metas anuais" para Minimizar Resíduos, o Consumo em Geral na Produção/Operação e Aumentar a Eficácia na Utilização de Recursos Naturais, a Empresa:	não nossui metas		não possui metas			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 EM MILHARES DE REAIS

5. INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	2020 2019							
Nº de Empregados(as) ao Final do Período	2643			2611				
Nº de Admissões Durante o Período		66		111				
Nº de Empregados(as) Terceirizados		567				662		
N ^o de Estagiários(as)		89		178				
Nº de Empregados(as) Acima de 45 anos		1048		985				
N⁰ de Mulheres que Trabalham na Empresa		534		527				
% de Cargos de Chefia Ocupados por Mulheres		23,79%		24,20%				
N_ de Negros(as) que Trabalham na Empresa		47			48			
% de Cargos de Chefia Ocupados por Negros(as)		0,69%			1,59%			
Nº de Pessoas com Deficiência ou Necessidades Especiais		69			68			
6. INFORMAÇÕES RELEVANTES QTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL		2020]	Metas 2021			
Relação Entre a Maior e a Menor Remuneração na Empresa		16,29 vezes			0			
Número Total de Acidentes de Trabalho		73		0				
Os Projetos Sociais e Ambientais Desenvolvidos pela Empresa Foram Definidos por:	Dire	eção e gerência	as	Direção e gerências				
Os Padrões de Segurança e Salubridade no Ambiente de Trabalho Foram Definidos por:	Direção e gerências			Direção e gerências				
Quanto à Liberdade Sindical, ao Direito de Negociação Coletiva e a Representação Interna dos(as) Trabalhadores(as) a Empresa:	Segue normas OIT			Segue normas OIT				
A Previdência Privada Contempla:	Todos os empregados			Todos os empregados				
A Participação nos Lucros ou Resultados Contempla:	Todos os empregados			Todos os empregados				
Na Seleção dos Fornecedores, os mesmos Padrões Éticos e de Responsabilidade Social e Ambiental Adotados pela Empresa:	São sugeridos			São sugeridos				
Quanto à Participação de Empregados(as) em Programas de Trabalho Voluntário, a Empresa:	N	Não se envolve Apoiará						
	Na	No Proces	Na Justiça	Na	No Proces	Na Justiça		
Número Total de Reclamações e Críticas de Consumidores	Empresa	No Flocon	iva Justiça	Empresa	No Flocon	iva Justiça		
	127.613	663	679	0	0	0		
% de Reclamações e Críticas Solucionadas	93,13%	74,51%		94,32%	75,70%			
		2020 2019		2019				
	Governo	224.108		Governo 225.840				
	Colaboradores	olaboradores 285.102		Colaboradores 294.977				
Distribuição do Valor Adicionado	Acionistas	29.307		Acionistas 31.025)25		
	Terceiros	116.650		Terceiros 109.897		897		
	Retido	83.197 Retido			88.0	561		

31. FATO RELEVANTE OU SIGNIFICATIVO – EFEITO COVID-19

Em função da pandemia mundial declarada pela OMS – Organização Mundial da Saúde ocasionada pelo surto do novo Coronavírus, a CASAN criou a Comissão de Crise, Acompanhamento e Combate à Propagação do Coronavírus, formada por colaboradores de diversas áreas da Companhia, que alinhada às diretrizes do Governo do Estado de Santa Catarina, mantém avaliação permanente e reuniões com intuito de propor as ações e medidas para o combate à COVID-19 na Empresa. Desta forma, a Companhia adotou e vem adotando uma série ações a fim de dar continuidade e qualidade dos serviços prestados à população catarinense, visto que fornecer água tratada, coletar e tratar esgotos são serviços essenciais à população e uma importante arma para o combate ao vírus.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 EM MILHARES DE REAIS

Dentre as medidas adotadas, destacamos inicialmente a adoção do regime de home office nas atividades em que é possível evitar a locomoção e a proximidade entre pessoas; suspensão dos atendimentos presenciais e os serviços de campo considerados não essenciais; cancelamento de cursos presenciais e implementação de cursos online; cancelamentos de visitações pública às unidades da Companhia, diretrizes mais rigorosas quanto à limpeza de áreas comuns, entre outras. Atualmente devido a novos decretos estaduais/municipais de flexibilização das restrições, a Companhia está com até 50% da capacidade dos empregados trabalhando de forma presencial em forma de revezamento. Em 26/08/2020 a CASAN celebrou contrato de prestação de serviços junto ao SESI, onde por intermédio de contratos geridos pela Matriz e pelas quatro Superintendências, procedemos a contratação de até 2.250 (dois mil duzentos e cinquenta) testes rápidos para o Coronavírus, cujo objetivo prioritário é a testagem de nossos empregados, que pela natureza de suas atividades, a sua possível ausência por motivo de saúde (contaminação) poderia causar solução de continuidade na prestação dos serviços da CASAN.

No tocante aos impactos gerados pela instabilidade econômica no ano de 2020, destacamos a queda da arrecadação no início da pandemia em março/2020 de 3,51%, já no segundo trimestre apresentou-se uma queda média do trimestre de 3,39%, no 3º trimestre foi de 6,73% (média do período) e no 4º trimestre registrou-se queda de 3,95% (média do período). Esse percentual é calculado fazendo-se frente à arrecadação projetada anteriormente, sem os efeitos da pandemia (considerando uma previsão Cenário Moderado), para esse período, frente a arrecadação efetivamente realizada. Para o referido ano, houve ainda a isenção para todos os usuários de tarifa social (baixa renda) nos meses 03/2020 e 04/2020, proibição da realização de cortes de fornecimento de água e o parcelamento de débito de 04/2020 e 05/2020 em até 12 vezes sem juros (que estão em contestação judicial) e aumento do câmbio (principalmente o Euro) nos empréstimos de moeda estrangeira. Percebemos aumento no consumo de materiais de higiene, tais como luvas, papel toalha e álcool em gel e compra de materiais antes nunca adquiridos pela empresa, como máscara descartável, máscaras reutilizáveis e álcool para limpeza 70%.

Por fim, cabe mencionar que a Companhia poderá adotar outras medidas caso haja necessidade, e que continuará avaliando os impactos que a COVID-19 poderá trazer aos seus negócios.

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

a. Lagoa da Conceição

Em decorrência do evento de precipitação atmosférica de grandes proporções ocorrido em janeiro de 2021, na cidade de Florianópolis, em especial entre os dias 17 e 24, evento este caracterizado como "anomalia" pelos meteorologistas da EPAGRI/CIRAM, ocorreu o deslizamento da encosta de dunas da Lagoa de Evapoinfiltração (LEI) e, consequentemente, o transbordamento de efluentes tratados.

A Companhia vem realizando a indenização dos danos materiais aos moradores, bem como a reparação dos demais danos resultantes do evento.

b. Aumento de Capital

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 EM MILHARES DE REAIS

Na Reunião do Conselho de Administração nº371 realizada em 17 de novembro de 2020 o Conselho de Administração aprovou a abertura da operação de Aumento de Capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado, no montante mínimo de R\$3.269.009,39 e montante máximo de R\$57.324.468,26, mediante a emissão de, no mínimo, 2.775.428 ações (1.354.450 ações ordinárias e 1.420.978 ações preferenciais), e, no máximo 48.669.158 ações (24.461.831 ações ordinárias e 24.207.327 ações preferenciais), nominativas e sem valor nominal, com preço de subscrição correspondente ao valor patrimonial de R\$1,177839737 por ação.

O aumento de capital, com exercício de direito de subscrição, foi proposto em função da necessidade de novos investimentos a serem feitos pela Companhia e desafios impostos pela alteração da legislação do setor.

Decorrido o período de preferência que foi de 23 de novembro de 2020 a 22 de dezembro de 2020 inclusive, e, decorrido o período de sobras de 05 de janeiro de 2021 a 15 de janeiro de 2021, inclusive, foram subscritas um total de 48.669.148 ações (24.461.824 ações ordinárias e 24.207.324 ações preferenciais) totalizando um aumento em reais de R\$57.324.456,36 sendo R\$28.812.108,27 em ações ordinárias e R\$28.512.348,09 em ações preferenciais.

Em 23 de fevereiro de 2021, na Reunião do Conselho de Administração nº 375, o Aumento de Capital foi homologado. Com a homologação dos valores subscritos, a composição do capital social da Companhia passou:

De:

Acionista	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Governo SC	236.856.732	63,07%	253.851.013	67,55%	490.707.745	65,31%
SC Parcerias	66.470.150	17,70%	66.547.700	17,71%	133.017.850	17,70%
CELESC	55.358.800	14,74%	55.357.200	14,73%	110.716.000	14,74%
CODESC	16.811.705	4,48%	0		16.811.705	2,24%
Outros Acionistas	40.782	0,01%	36.760	0,01%	77.542	0,01%
Total	375.538.169	100%	375.792.673	100%	751.330.842	100%

Para:

Acionista	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Governo SC	257.014.331	64,25%	274.261.032	68,57%	531.275.363	66,41%
SC Parcerias	68.844.223	17,21%	68.921.773	17,23%	137.765.996	17,22%
CELESC	56.713.251	14,18%	56.778.178	14,19%	113.491.429	14,19%
CODESC	17.384.075	4,35%			17.384.075	2,17%
Outros Acionistas	44.113	0,01%	39.014	0,01%	83.127	0,01%
Total	399.999.993	100%	399.999.997	100%	799.999.990	100%

E a Companhia atingiu um Capital Social subscrito e integralizado de R\$ 942.271.777,73 (novecentos e quarenta e dois milhões, duzentos e setenta e um mil, setecentos e setenta e sete reais e setenta e três centavos), representado por 399.999.993 (trezentos e noventa e nove milhões, novecentos e noventa e nove mil e novecentos e noventa e três) Ações Ordinárias - ON, e 399.999.997 (trezentos e noventa e nove milhões, novecentos e noventa e nove mil e novecentos e noventa e sete) Ações Preferenciais - PN, todas nominativas e sem valor nominal. Em conformidade com o decidido pelo Conselho de Administração a alteração estatutária será efetivada na próxima Assembleia a ser realizada pela Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 EM MILHARES DE REAIS
